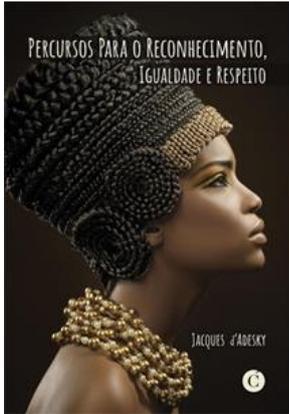


Resenha

Do poder de enunciação ao reconhecimento da diferença: cartografias para o estudo das relações raciais pós-coloniais e ações afirmativas no Brasil

From the power of enunciation to the recognition of difference: cartographies for the study of postcolonial race relations and affirmative actions in Brazil

WALLACE DA SILVA MELLO



D'ADESKY, Jacques. **Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito.** Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2018. 184p.

Publicado em 2018, o livro “Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito”, do professor Jacques D’adesky, se insere no mercado editorial acadêmico brasileiro visando refletir acadêmica e politicamente o engajamento nas questões raciais no país. Como o subtítulo deste texto aponta, o livro constitui um esforço cartográfico a analisar, em grande recorte histórico, as relações raciais no Brasil, as políticas públicas de ação afirmativa (AA) implementadas e suas justificações teórico-conceituais.

Graduado em Economia e mestre em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Louvain (Bélgica) e doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP – onde foi orientado pelo professor Kabengele Munanga –, D’adesky tem se dedicado há muito ao estudo das questões raciais, sociais, étnicas africanas e afro-brasileiras no Brasil. Já lecionou e pesquisou em instituições como Universidade Cândido Mendes, Université Laval (Canadá), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, ONU e, mais recentemente, na Universidade Federal Fluminense, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito.

O livro destina-se tanto a especialistas no tema quanto ao leitor pouco iniciado nos estudos raciais e de políticas públicas de AA, seja pela argumentação de longa duração a que recorre o autor, seja pela divisão em artigos e subtítulos que tornam a leitura mais fluida e fácil. Apesar disso, recomenda-se certo conhecimento anterior de discussões teóricas políticas e sociológicas para o melhor entendimento de certos debates. D’adesky se preocupa em apresentar o pensamento e a crítica dos autores a que recorre. Mesmo assim, esse esforço por vezes é rápido, e, dado o espaço reduzido, o leitor pode sentir necessidade de um complemento. A alunos de graduação e pós-graduação na área de Ciências Humanas, o livro tem um potencial muito grande de servir de entrada em debates muito importantes sobre as questões apresentadas. Ademais, professores e estudantes universitários que se interessam pelos temas têm no texto uma farta bibliografia atualizada e contextualizada com clássicos da área, além de novas perspectivas

analíticas que enriquecem a formação acadêmica e o repertório conceitual. Apesar de exigir certo conhecimento conceitual, aos leitores não acadêmicos o texto se abre como possibilidade.

O livro está dividido em sete capítulos, que somam juntos 182 páginas. A obra é uma coletânea de artigos produzidos para diferentes públicos, de distintos países. Eles foram escritos entre 2010 e 2018. O capítulo 1, “Do Direito à palavra ao poder de enunciação”, escrito em 2010, foi apresentado na Universidade Laval em Quebec, Canadá. O capítulo 2, “Diversidade, direitos humanos e justiça social”, foi escrito em 2013 e apresentado no Rio de Janeiro. Já o capítulo 3, “Igualdade de oportunidades, princípios de não discriminação e mérito diante das políticas de ações afirmativas”, foi escrito em 2017 e apresentado na Universidade Federal Fluminense. O capítulo 4, “Assimetrias pós-coloniais: repensando a liberdade e a igualdade”, foi escrito em 2011 e apresentado em Quebec, na Universidade Laval. O capítulo 5 foi escrito por ocasião de uma conferência nas Nações Unidas em 2017, no âmbito da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os dois últimos capítulos são inéditos. Como tal, a obra tem um caráter muito singular por apresentar temas e questões diferentes – ainda que dialogando entre si a todo instante.

Ainda que possa transparecer uma falta de unidade, ao tratar de temáticas diversas, esses capítulos possuem uma coerência de abordagem, na medida em que seguem uma interlocução com intelectuais e universitários do Movimento Negro, sobre temas como justiça, diversidade, igualdade de oportunidades, racismo e reconhecimento (D’ADESKY, 2018, p. 16).

Destaca-se, antes de adentrar a expor e analisar os capítulos, a fluidez dos temas, o domínio dos conceitos e das abordagens e a escrita muito concisa e clara. Em um momento em que se questiona a validade dos conhecimentos acadêmicos, em especial os conhecimentos das Ciências Humanas, é muito importante uma clareza na exposição dos argumentos. Comunicar as pesquisas e propor canais de articulação e ação entre a intelectualidade e os setores públicos e a população em geral tornam-se fundamentais, inclusive para que se garantam conquistas sociais e públicas como a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em termos gerais, a obra percorre grande período histórico e recorre a inúmeros teóricos e teorias para propor diálogo. Este, aliás, é um dos grandes acertos do texto. D’adesky se vale de um conjunto muito grande de trabalhos brasileiros e internacionais para refletir sobre a história do movimento negro e das políticas de AA no Brasil. Ao fazê-lo, ele renova o tema através da relação complexa e não óbvia de autores. Assim, o próprio autor deixa claro:

O fio condutor deste livro no campo teórico remete à abordagem do reconhecimento de Axel Honneth, com base na leitura da obra de Hegel, mas também à perspectiva multicultural dialógica formulada por Charles Taylor. Observa-se também, em filigrana, a presença contínua do pensamento libertário de Jean-Jacques Rousseau. (D'ADESKY, 2018, p. 16).

Além do Reconhecimento de Honneth, o professor Jacques D'adesky dialoga — ora de modo tácito, ora explícito — com o pensamento de John Rawls e o liberalismo norte-americano do pós-II Guerra, com a reflexão pós-colonial de Senghor, Fanon e Cesáire e com a reflexão sobre justiça e desigualdade de Amartya Sen e Michael Sanders. O que poderia se constituir em um ecletismo acrítico aqui se mostra um refinado uso de contribuições diferentes mas que estão dialogando sobre justiça, igualdade, liberdade e democracia. Apesar do pouco tempo de discussão dos autores — o que requer certo conhecimento prévio dos conceitos fundamentais —, esse é um dos grandes pontos fortes do livro: trazer ao leitor uma obra atual e com olhares teóricos nem sempre conhecidos.

No capítulo 1, o autor busca promover uma discussão histórica e sociológica sobre a luta dos movimentos e intelectuais negros ao longo do século XX. É o texto mais histórico de todo o livro, e, através do uso da história de longa duração, o autor propõe refletir sobre todo o processo de silenciamento e de exclusão social, cultural, política e educacional que a população afro-brasileira sofreu. Fazendo menção ao processo de abandono estatal pós-abolição e às políticas de estímulo à imigração europeia no início do século XX, o autor busca apresentar o cenário de silenciamento da história e mesmo da memória negra no Brasil e, ao mesmo tempo, busca apresentar as dificuldades de se desconstruir essa história e memória oficiais racistas. O autor percorre a história do Brasil, mostrando como com Getúlio Vargas no poder e sua política dos 2/3, isto é, de que se deveria contratar obrigatoriamente dois terços de brasileiros nativos nas empresas, a condição de negros e nativos começou a mudar, pelo menos economicamente. Ao mesmo tempo, mostra D'adesky, a recém-surgida Frente Negra vai defender a libertação dos negros via educação, conhecimento e técnica. “Eles estavam convencidos de que, para se igualarem aos brancos, deveriam copiar a cultura europeia” (2018, p. 23).

Num segundo momento, o capítulo passa analisar as questões ligadas ao uso do termo “raça” e as influências do Movimento Negro no Brasil. O autor analisa a construção e a crítica do “mito da democracia racial no Brasil”, as respostas que os movimentos negros e os intelectuais como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg dão ao “mito”, além de apresentar as influências de Aimé Césaire e Leopold Senghor no pensamento e na ação dos movimentos negros no Brasil. Chama a atenção no capítulo o debate sobre o uso do termo raça como uma forma de criação da

racialização no Brasil. D'adesky discute como, durante o século XX, mas em especial no início do século XXI, com a implementação de políticas de cotas no Brasil, usou-se da argumentação de que o uso do termo cota criaria uma divisão não existente. Torna-se muito atual tal discussão, na medida em que se assiste no país a movimentos e políticos que se negam a reconhecer os preconceitos e conflitos sociais existentes por questão de cor, gênero e origem social e étnica. Trazer à tona esse debate lança luz sobre os mecanismos de negação da luta contra o preconceito existentes na história do Brasil e permite a reflexão de estratégias de luta.

O ponto máximo do capítulo é a discussão sobre o direito à enunciação e à autorrepresentação. Segundo o autor,

Do século XVI até o fim do século XIX, os negros eram tratados no Brasil como animais, seres repulsivos, ignorantes e desprovidos de História. Mesmo na República, supostamente igualitária, continuaram excluídos. Com algumas exceções, sua imagem coletiva é negativa, fruto do desdém com que são tratados pela cultura dominante. Foi por isso que, ao longo nas últimas décadas do século XX, intelectuais e ativistas negros resolveram assumir o “poder de enunciação”, por muito tempo monopolizado por aqueles a quem se atribuía um papel preponderante na produção do saber. Eles se reapropriam do discurso, da imagem dos negros e de sua memória. Reinterpretam os fatos históricos, para tentar eliminar as representações culturais negativas dos negros e suas conseqüências sociais, como a discriminação nos locais de trabalho. (D'ADESKY, 2018, p. 38).

O poder de enunciação, como explica ao autor, é a capacidade e possibilidade de se retomar o controle das narrativas históricas, do direito à memória e da produção de um Outro: outros sentidos, outros significados, outras formas de associação e de relação ser humano x natureza e ser humano com ele mesmo. Outra estética, outra arte. A tomada do poder de enunciação é a retomada dialética do “lugar de fala” do subalterno. Não um lugar de fala baseado num critério meramente biológico ou autoritário, que nega a possibilidade de discussão dos temas e questões e, por isso, é conservador, mas num lugar de fala que se constitui através da experiência vivida por grupos que tiveram seu direito à autorrepresentação negado.

Os capítulos dois, três e quatro, apesar de diferentes, têm uma característica em comum: neles o autor busca construir um conjunto de explicações teóricas de justificação das políticas de ações afirmativas (AA). No capítulo dois, o autor propõe uma reflexão sobre a moralidade das AA na medida em que elas constituem-se como ações que atendem aos princípios da responsabilidade social das empresas, à dignidade e à diversidade. Argumentando em perspectiva histórica, D'adesky mostra como a compreensão do valor da diversidade entrou no léxico de

empresas e movimentos sociais no Brasil (e no mundo), sobretudo no final do século XX e início do XXI. Ao mesmo tempo, mostra o autor que a compreensão da diversidade não se confunde com projetos homogeneizadores; isto é, defender a igualdade entre as pessoas e classes não significa ignorar as diferenças. Na verdade, esse elemento será retomado em diversos pontos do texto: igualdade de direitos e respeito à diferença constituem-se como princípios fundamentais do reconhecimento contemporâneo pelo qual lutam grupos e movimentos negros.

No capítulo três, o autor mantém o esforço em apresentar as justificativas que embasem a adoção de políticas de ação afirmativa. O centro da discussão neste capítulo são os quatro argumentos (teóricos) principais utilizados nesta defesa: 1º igualdade de oportunidades; 2º maximização do bem-estar; 3º diversidade e; 4º compensação. Na discussão sobre igualdade de oportunidades, o autor busca justificar as políticas de AA através do argumento rawlsiano do *princípio de justiça* segundo o qual a igualdade formal não se converte, necessariamente, em supressão da desigualdade concreta. Ao reconhecer isso, o autor joga luz sobre a importância das Ciências Humanas como um instrumento de discussão teórico-metodológico que permite desvelar processos e mecanismos de desigualdade implícitos nas estruturas sociais. O segundo argumento utilizado é o da maximização do bem-estar. Repousado no Utilitarismo de Bentham e Stuart Mill, busca justificar as ações pelo resultado das ações, que devem ampliar a felicidade para o maior número de pessoas. Como argumento que visa os fins, a explicação utilitária buscaria através das ações afirmativas reduzir o dano causado pela pobreza e desigualdade.

O terceiro conjunto de argumentos envolve os que dão ênfase à diversidade como direito fundamental das sociedades e dos grupos sociais. Reconhece-se, segundo o autor, o enriquecimento acadêmico, cultural, econômico e social da pluralidade de formas de vida e relações sociais.

A luta antirracista havia sido identificada, num determinado momento, com o desejo de criar uma sociedade “cega às cores”. Esse objetivo acabou sendo repensado, assimilando a meta de criar uma sociedade “diversa”, isto é, “consciente das cores”, apesar da ciência genética já haver estabelecido a irrealidade do conceito de raça (D’ADESKY, 2019, p. 70).

O último argumento apresentado por D’adesky é o da compensação. Reconhecendo que é o argumento com mais fragilidade – tanto dentro da academia quanto na sociedade – o autor dedica-lhe menos espaço, mas mesmo assim demonstra como as teses de compensação foram utilizadas nos EUA e no Brasil por grupos ligados ao debate racial. Ainda neste capítulo, D’adesky propõe uma discussão muito atual sobre o discurso do mérito e as políticas de AA. O

propósito do autor é demonstrar como é falaciosa a ideologia segundo a qual o mérito fundamenta-se como princípio fundamental que explica as diferenças sociais. Utilizando-se de uma reflexão rawlsiana, o autor analisa os concursos públicos, as questões ligadas à democracia e representação política e o acesso ao Ensino Superior. Nos três campos, D'adesky demonstra argumentativamente como o princípio do mérito está erroneamente colocado.

No capítulo V Jacques D'adesky se propõe a dialogar com a tradição pós-colonial de Senghor, Cesáire e Fanon. O foco em trabalhos teóricos demonstra uma preocupação com as justificativas teóricas e o embasamento conceitual. Com Cesáire e Senghor, D'adesky critica o projeto colonial e suas construções ideológicas que distorcem a realidade e impedem o desenvolvimento pleno da intelectualidade africana e negra — com autonomia e liberdade. Ao mesmo tempo, o autor discute os significados da *negritude* para os afrodescendentes, tanto na teoria quanto na prática. A *negritude* é uma semente de um despertar político, social, econômico e cultural que gera a reabilitação do passado e a reintegração do homem com o mundo, de modo autêntico. Na parte final do capítulo, o autor busca contrastar as contribuições de Frantz Fanon à perspectiva da negritude e sua posição em relação à contraviolência revolucionária. Sobressai no argumento de D'adesky um Fanon crítico da prisão das identidades e um defensor de uma perspectiva dialética que permita ao ser humano se reconhecer no mundo e a si próprio.

No último capítulo, D'adesky busca organizar as contribuições teóricas de Jonh Rawls que auxiliam na reflexão das políticas de ações afirmativas e de mitigação das desigualdades e da garantia de igualdade de oportunidades. O centro do argumento é a limitação na tradição platônica e hobbesiana de expansão das liberdades e dos direitos e da importância da contribuição de Rousseau – a partir da vontade geral – e posteriormente de Rawls dialogado com Taylor e Honneth para a compreensão do valor da alteridade para o reconhecimento e democracia.

Por tudo o que foi exposto, recomenda-se a leitura do livro, em especial para o leitor já iniciado nos estudos acadêmicos da área de Ciências Humanas, mas também do leitor em geral, sobretudo pelo valor da obra e pelo alcance das discussões teóricas e empíricas que apresenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

D'ADESKY, Jacques. **Percursos para o Reconhecimento, Igualdade e Respeito**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2018. 184p.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e Antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FERES JR. João; POGREBINSCH, Thamy. **Teoria Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Wallace da Silva Mello

Mestre em Sociologia Política, professor de História na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.